

com multas correspondentes aos valores de 180, 120, 80 e 50 Ufirs respectivamente.

Quando se tratar de multa agravada, haverá um fator multiplicador ou um índice adicional. Matar alguém, culposamente, acarretará uma pena de 2 a 5 anos, A pena será acrescida de 1/3, se o atropelador incidir em determinados agravantes.

O Código não incorre no equívoco de superestimar a pena de prisão. Estabelece também penas alternativas, como o pagamento pecuniário dos danos causados e a prestação de serviços à comunidade. O fundamental é a certeza do fim da impunidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora tenha a convicção de que é necessário um esforço conjunto de toda a sociedade para que a nova legislação não se transforme em letra morta ou em mais um exercício de retórica, estou seguro de que, se aprovado, na íntegra, o parecer do Relator da Comissão Especial, o novo Código Nacional de Trânsito acarretará profundas e radicais modificações no comportamento do brasileiro no trânsito.

Temos previsto, por exemplo, o uso do cinto de segurança para transportes coletivos. Temos a certeza de que, no início, será difícil para os usuários se adaptarem às novas regras. Somente com a educação continuada conseguiremos o nosso intento.

Um outro ponto importante refere-se ao taxista, que deve advertir o passageiro para o uso do cinto de segurança. Se o passageiro ignorar o pedido, será dele a responsabilidade.

Temos também outros controles indiretos para a segurança da sociedade que estão incluídos nesse Código. Por exemplo, é preciso que o indivíduo que vai tirar a Carteira de Motorista tenha uma declaração de bons antecedentes. Um criminoso, por exemplo, terá dificuldades.

Por todas essas razões, estamos esperançosos de que não se abatam, a cada ano, do contingente nacional, pessoas que já investiram na infância, na Educação, que poderiam estar produzindo e gerando riquezas para o Brasil. Em vez disso, muitos estão presos a cadeiras de rodas ou causando sofrimento aos familiares. Hoje, o número de mortes no trânsito é uma verdadeira catástrofe. Com as novas leis de trânsito, se o motorista beber, pensará antes de pegar no volante de um carro.

Com toda certeza, o novo Código trará dias mais seguros para os pais de família, para os jovens e, enfim, para o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última quinta-feira, abordei, desta tribuna, o que se convencionou chamar de "Gigantes madeireiros asiáticos ampliam a sua área de atuação".

Esclareci ao Senado que o perigo para a Amazônia com a vinda dessas empresas madeireiras asiáticas, especialmente da Malásia, era muito maior do que se poderia imaginar.

Naquele pronunciamento de quinta-feira, trouxe à ciência do Senado que o economista Ronaldo Bonfim tinha conseguido obter, na Internet, uma série de informações altamente relevantes sobre o assunto e que deixavam claro o risco que estamos a correr. Ressaltei, no discurso, que as quatro ou cinco páginas colhidas na Internet estavam no idioma inglês e que, por isso, cotejaria com os tradutores do Senado e com os meus assessores a matéria ali discutida.

Quero ressaltar, de início, a atuação imediata do Secretário-Geral da Mesa, Dr. Raimundo Carrero Silva, que, no mesmo dia 22, enviou expediente sobre a matéria à Diretoria da Secretaria de Documentação e Informação, solicitando que fosse o documento traduzido para o idioma vernáculo na brevidade possível.

Sr. Presidente, há de se louvar o trabalho das tradutoras de inglês do Senado, Theresa Catharina e Vanira Tavares e das revisoras Patricia Zimbres e Vanira Tavares.

Provavelmente, o tempo que me cabe será suficiente para fazer a sua leitura, mas herei até onde for possível, Sr. Presidente, tal a gravidade que envolve o assunto.

18 de agosto de 1996 – portanto, recentíssimo.

Transmitido na rede às 15h24min.

Gigantes madeireiros asiáticos ampliam a sua área de atuação.

As florestas tropicais são os principais alvos.

KUCHING, Malásia (AP) – Com muita habilidade e com os lucros pela derrubada de florestas tropicais locais, empresas madeireiras asiáticas começaram a destruir milhões de acres de florestas no mundo inteiro.

Sua atuação se estende desde as ilhas do Pacífico Sul às florestas virgens na América Latina e na África. De acordo com uma

pesquisa da **Associated Press**, as operações dessas empresas estão em ritmo acelerado, assim como a oposição que enfrentam de povos nativos e dos ambientalistas.

Com malaios e indonésios na vanguarda, empresas asiáticas começaram a expandir-se para o exterior em meados da década de oitenta. Agora dominam em escala mundial a exploração madeireira nas florestas tropicais.

Algumas de suas concessões já têm o tamanho de pequenos países, e suas ambições estão voltadas para riquezas como a floresta amazônica brasileira.

"O que hoje estamos testemunhando é uma tendência relativamente nova de colonialismo Sul-Sul', pelo qual empresas sulistas transnacionais fazem investimentos consideráveis em outras nações do Terceiro Mundo' mais atrasadas", disse Marcus Colchester, do Movimento pelas Florestas Tropicais do Mundo (*World Rainforest Movement*), sediado na Grã-Bretanha.

Agora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, observem a afirmação que é feita:

"Juntamente com os investimentos, as empresas transferem os sistemas de apadrinhamento político, corrupção e más práticas ambientais de suas próprias sociedades".

Essa é uma afirmativa do Sr. Marcus Colchester.

E continua a notícia da Internet:

As empresas contactadas insistiram que estão praticando exploração madeireira sustentável, que não destruirá as florestas. Apresentam-se como empreendedoras, de economias dinâmicas, que as nações menos desenvolvidas deveriam imitar.

Mas num choque que parece deixar pouco espaço para negociações, os preservacionistas denunciam que muitos exploradores de madeira operam como "barões ladrões", destruindo um recurso ecologicamente importante, em níveis inconscientes, e violando os direitos dos nativos.

"Não é que não haja empresas européias ou americanas ruins, porém as asiáticas são as piores", disse Jean-Paul Jeanreneaud, do *World Wide Fund for Nature* (Fundo Mundial em prol da Natureza), com sede na Suíça. "Elas são mais insensíveis, menos

preocupadas com as questões ambientais e sociais. E estão em todos os lugares".

Continua o noticiário, Sr. Presidente.

"Um estudo financiado pelo Banco Mundial e pelas Nações Unidas advertiu, no início de agosto, que a exploração madeireira está colocando em perigo metade dos 5 bilhões de acres de florestas tropicais restantes no mundo. Afirmou que o restante está ameaçado por técnicas agrícolas do tipo cortar e queimar, usadas pelos povos primitivos.

Entre as informações recentes de repórteres da *Associated Press* na América Latina, Ásia e África:

– Os próximos alvos principais dos madeireiros asiáticos são a Amazônia, provavelmente a principal fonte, no mundo, de madeira na próxima década, e a África, onde as empresas madeireiras européias tendem a dominar.

As mais importantes são: *WTK Group*, *Samling*, *Ribunan Hijau* e *Mingo*, da Malásia, e *Fortune Timber*, de Taiwan. Prestes a entrarem em cena, há diversas empresas da China.

E, aqui, Sr. Presidente, o que eu havia traduzido e assinalado no discurso de quinta-feira:

Empresas asiáticas compraram 8,6 milhões de acres na Amazônia brasileira. As compras nos próximos dois anos poderiam alcançar 22,2 milhões de acres, ou cerca de 5% da floresta explorada.

O Sr. Nabor Júnior – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL – Com muito prazer, nobre Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior – V. Ex^a, que foi Relator da nossa Constituição, poderá esclarecer uma dúvida: a compra por empresas estrangeiras de quantidade de terras tão elevada na Amazônia não depende de autorização do Congresso Nacional?

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Ex^a tem tanto talento que, na pergunta, já responde. A resposta está na pergunta de V. Ex^a, absolutamente correta. Por isso vale a pena repetir aqui as palavras do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Serras do Estado do Amazonas, que é a favor da invasão asiática:

"Até o final do próximo ano a indústria madeireira da Amazônia terá um novo rosto,

um (rosto) asiático", disse Francisco Coelho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Serrarias do Estado do Amazonas.

Observe V. Ex^a, eminente Senador, que essa notícia veio via Internet, não da nossa imprensa brasileira.

Logo a seguir, vem:

Coelho é muito a favor da invasão asiática, como a maioria dos madeireiros amazônicos, que estão competindo na venda de terras e serrarias aos recém-chegados. A demanda regional por madeira diminuiu e os asiáticos representam dinheiro e emprego.

O Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, está tentando pôr um freio nessa situação. No final de julho, ele decretou uma suspensão de dois anos na aprovação de novas concessões para mogno e outras madeiras de lei raras. Ele também disse que as atuais concessões seriam revogadas para quaisquer empresas que não pratiquem exploração madeireira sustentável.

A seguir vem esta notícia:

– Na Guiana, um empreendimento malaio-sul-coreano, a Barama Co., ganhou uma concessão com a metade do tamanho da Bélgica. O vizinho Suriname diz que espera entregar uma área similar ao Berjaya Group, da Malásia.

Novo título da Internet:

Vítimas fáceis.

O World Wide Fund for Nature diz que as duas nações sul-americanas que lutam por seu desenvolvimento econômico tornaram-se "vítimas fáceis" de madeireiras que se transferiram para as florestas mais preservadas do mundo.

A concessão Berjaya está sujeita a regulamentações rígidas que limitam o corte a 55% de árvores e proibida de praticar a exploração madeireira numa área de 4 milhas e meia dos vilarejos tribais. Entretanto, as autoridades do Suriname admitem que não têm como policiar uma concessão de 150.000 acres, onde, segundo eles afirmam, a empresa MUSA, da Indonésia, está desrespeitando seu acordo, claramente praticando o corte em vastas áreas e derrubando mais árvores do que o permitido.

Voando sobre a área de concessão da MUSA, um repórter viu acres de terra vermelha e nua, arrancada de uma espessa flo-

resta de árvores imponentemente altas, envoltas em orquídeas e cipós. No solo, indígenas disseram que os gritos dos pagaios foram substituídos pelo ranger das serras.

– Nas Ilhas Salomão, do Pacífico Sul, sobre as quais há previsões de que estarão sem florestas dentro de uma década, o ultraje público começou no ano passado pela revelação de que subornos foram pagos a sete ministros do governo por firmas madeireiras da Malásia.

Em uma das ilhas, Pavuvu, as rixas entre os proprietários de terras e um governo pró-exploração madeireira levaram ao assassinato, no ano passado, de um líder comunitário e à queima de escavadeiras de propriedade da Maving Brothers, uma empresa da Malásia já responsável pela destruição de metade das florestas de Pavuvu.

– Mais perto de casa, o Camboja vendeu virtualmente todas as suas florestas, situadas fora da área de reservas. A Macro-Panin, da Indonésia, adquiriu uma concessão de 3,4 milhões de acres e a Samling arrebanhou 1,9 milhão de acres. Empresas da Tailândia, que devastaram suas próprias florestas, também são grandes agentes – legais e ilegais – tanto no Camboja como em Burma e no Laos.

Nova notícia:

Não prestam contas a ninguém.

Lafcadio Cortesi, pesquisador do grupo ecológico Greenpeace, disse que as empresas malaias – principalmente as subsidiárias da Rimbunan Hijau – estão provocando uma devastação na Papua Nova Guiné, que tem a maior cobertura de floresta tropical da região da Ásia-Pacífico.

Ele disse que essas empresas infringem as práticas de preservação já estabelecidas, pois fazem corte de árvores em declives de mais de 30 graus, o que provoca a erosão do solo, e dentro da distância de 50 jardas dos cursos d'água, o que polui essas águas. Também vêm exportando madeira ilegalmente e destruindo sítios sagrados, segundo alegou Lafcadio Cortesi.

"As empresas não prestam contas a ninguém. Basicamente, elas estão infringindo todas as leis existentes, e o governo está fingindo que não vê", disse Cortesi.

Francis Tiong, executivo da Rimbunan Hijau, classificou essas alegações como "típicas da desinformação e do exagero que as pessoas desse tipo vêm usando há anos". Tiong disse que sua empresa obedece às leis locais e que suas operações são acompanhadas pelas autoridades.

"Após pagarmos nossos impostos, taxas e royalties ao Estado, as empresas de silvicultura como a nossa contribuem com a comunidade proprietária de terras do local, construindo estradas, pistas para aviões e pontes, e proporcionando serviço de saúde", disse ele.

No Estado de Sarawak, na Malásia, onde estão sediadas as maiores companhias madeireiras malaias, o Ministro do Meio Ambiente, James Wong Kim Min, disse em uma entrevista: "Até o momento, não nos chegou nenhuma notícia negativa (sobre as madeireiras malaias no exterior). É claro que eles são empresários; então, se puderem ganhar dinheiro rápido, eles o farão. Mas têm que manter boas relações com o governo anfitrião e obedecer às leis do mesmo".

A Bemama, agência noticiosa oficial da Malásia, queixou-se de que as companhias malaias são freqüentemente atraídas a outras nações com incentivos vantajosos, somente para em seguida se depararem com acordos não honrados, a repentina cobrança de impostos e suas reputações manchadas por organizações não-governamentais.

"Podemos imaginar as complicações que os madeireiros encontram quando têm de lidar com nada menos que 800 tribos diferentes na Papua Nova Guiné", escreveu a agência no início deste ano.

Porém, os grupos ecológicos descrevem um cenário muito diferente: muitas companhias asiáticas estabelecem uma base de operações mediante aquisições hostis de controle acionário, ou a compra de concessões de cidadãos locais. Freqüentemente cimentadas por propinas, elas formam alianças com as elites, o que lhes permite contornar as leis, ganhar virtualmente todo processo judicial instaurado contra elas e algumas vezes influenciar a legislação nacional".

Chamo a atenção para este tópico, Sr. Presidente, porque daqui a pouco também o Brasil pode estar sendo vítima dessas empresas, que poderão

contornar a nossa legislação, ganhar virtualmente processos judiciais instaurados contra elas e, o que é mais grave, influenciar a título de um lobby, que deve ser totalmente reprovado, a nossa feitura legislativa.

O final, Sr. Presidente, tem este título:

"Conseqüências trágicas

O investimento que os estrangeiros trazem é, pelo menos inicialmente, bem-recebido pelos governos anfitriões e pelos parceiros comerciais locais. Porém, as conseqüências para os habitantes da floresta tropical podem ser trágicas.

Os povos tribais da Província de East Sepik, na Papua Nova Guiné, protestam contra a poluição de seus cursos d'água devido à derrubada indiscriminada de árvores. Os índios da Guiana dizem que os madeireiros estão destruindo suas plantações. Os melanésios do Pacífico Sul fazem a acusação de que suas terras tradicionais lhes estão sendo retiradas fraudulentamente e transformadas em "território madeireiro". Há companhias asiáticas envolvidas em todos esses casos.

A expansão dos madeireiros asiáticos ocorreu à medida que praticamente triplicaram os preços mundiais para madeiras-de-lei tropicais, tais como o mogno e a teca. Os fornecedores tradicionais, inclusive a Nigéria e Gana, haviam se retirado do mercado, provocando escassez.

Prevendo o dia em que suas próprias florestas estariam exauridas, e deparando-se com restrições crescentes em seu próprio país, as companhias madeireiras asiáticas mudaram-se para mais longe em busca de normas menos rígidas. Essas companhias estão atualmente operando em cerca de 20 países, e a expansão está longe de terminar.

Algumas das maiores madeireiras são administradas a partir de Kuching, capital do estado de Sarawak, um local anteriormente isolado na Ilha de Bornéu, hoje salpicado de arranha-céus pertencentes a hotéis e de edifícios governamentais resplandecentes, construídos, na sua maior parte, com lucros provenientes dos negócios da madeira.

Empresas como a Samling e a Rimbunan Hijau conseguiram deslanchar através de concessões lucrativas e abrangentes em seu próprio país de origem, localização de

uma das florestas tropicais mais antigas do mundo.

Bastante criticadas pelos conservacionistas, as madeireiras, poderosas e apoiadas pelo governo, entraram em conflito com os Penans, os Ibans e outros grupos étnicos de Sarawak, e venceram em quase todos os casos.

"Elas estão praticando o mesmo sistema em outros países atualmente", disse Harrison Ngau, um importante ativista ecológico em Sarawak e ex-membro do Parlamento. "Se elas fizerem o que fizeram conosco, lamentamos muito."

Sr. Presidente, quando, há cerca de dois meses, eu trazia para esta tribuna a carta de um morador perdido no interior do Amazonas em que declarava a sua impotência em poder lutar contra essas empresas madeireiras asiáticas, que começavam ali a se instalar, da dificuldade que ele tinha para regularizar as suas terras, de todos os percalços que circundavam em torno de si, no entanto, a essas empresas a facilidade era no plano total. Agora, que a coisa começa a tomar um ritmo mundial, trazido ao conhecimento de toda uma população que está ligada à Internet, talvez haja uma sensibilidade maior por parte daqueles que estão obrigados a fiscalizar a matéria e não permitir que esse avanço se tome indiscriminado.

Ainda bem, Sr. Presidente, que no Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos temos um companheiro Parlamentar, o Ministro Gustavo Krause, a quem esse problema não deve passar despercebido. O assunto é grave e o título, por si só, Sr. Presidente, já disse tudo: "Gigantes madeireiros asiáticos ampliam a sua área de atuação."

Brada aos Céus, Sr. Presidente, que não exista nada de catastrófico na notícia, mas precisamos estar atentos. É da nossa atenção, da nossa fiscalização e da nossa acuidade que a floresta tropical talvez não desapareça.

Agradeço V. Ex^a a atenção dispensada.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral,, o Sr. Valmir Campelo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Ney Suassuna suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, por cessão do Senador Elcio Alvares, por 20 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, além do caju, com seu sabor e aroma inigualáveis, o cajueiro gera a não menos saborosa e nutritiva castanha, que é, aliás, seu verdadeiro fruto e que responde pelos resultados econômicos mais substanciais da agroindústria do caju.

Estimulada por uma política de incentivos fiscais desde os anos 60, a agroindústria do caju expandiu-se grandemente no Nordeste brasileiro, tanto em termos de área cultivada, que atingiu cerca de 700 mil hectares em 1994, como em quantidade e capacidade de beneficiamento das unidades industriais. O Ceará, historicamente, lidera o processo, sendo responsável por mais de 40% da produção nacional da castanha de caju – concentrada toda no Nordeste – e mantendo quase 90% da capacidade de beneficiamento instalada. Destacam-se também na produção de castanha e, em menor grau, na sua industrialização, os Estados do Piauí e Rio Grande do Norte.

A peculiaridade da indústria cajueira é que ela se desenvolve desde o início voltada essencialmente para o mercado consumidor externo. A demanda de países de alta renda *per capita* pela amêndoa da castanha de caju tem sido estável e até mesmo ascendente nos últimos anos. Por essa razão, além de gerar empregos no campo e na indústria, a exportação da amêndoa da castanha constitui importante fonte de receita cambial, especialmente para o Ceará.

Apesar da considerável importância de que se reveste essa atividade agroindustrial, constata-se que o seu potencial de crescimento econômico permanece pouco explorado. O aumento da produção de castanha vem ocorrendo em proporções sempre inferiores ao aumento da área cultivada, o que indica um decréscimo de produtividade. Podemos avaliar o quanto pode ser melhorada a produtividade dos nossos cajuais se a compararmos à dos da Índia, maior produtor mundial da amêndoa da castanha de caju. No período de 1988 a 1992, a média da produtividade indiana foi 570 quilogramas por hectare, chegando a cerca de 800 quilogramas por hectare em Kerala, principal Estado produtor. A produtividade do Ceará para o mesmo período ficou em 212 quilogramas por hectare, pouco mais de um terço da média indiana e de um quarto da de Kerala.

Veja bem, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que a Embrapa desenvolveu um tipo de cajueiro

não precoce com alta produtividade. E é, em grande parte, baseada nas experiências desenvolvidas pela Embrapa e nessa espécie que desenvolveu que vários países estão se tornando produtores de castanha de caju com alta produtividade, tais como o Vietnã, o México, a Venezuela. Outros países estão começando a desenvolver essa espécie, o que significa uma ameaça para o Brasil no mercado internacional, porque a nossa produtividade, como já mostrei aqui, anda bastante baixa. Ora, erradicar esse cajueiral, para plantarmos essa nova espécie, demanda bastantes recursos que, evidentemente, os produtores rurais não possuem.

Então, faço um apelo para que a União, o Ministério da Agricultura, procure apoiar a substituição desses cajueirais, a fim de elevar a nossa produtividade e assegurar a nossa competição no mercado internacional.

Entre as causas da queda da produtividade cearense e nordestina temos a elevada idade dos cajueiros, boa parte plantada há mais de 20 anos. Falta, além da renovação permanente e planejada dos cajuais, uma política sistemática de apoio à cajucultura na região, introduzindo inovações tecnológicas, melhores técnicas de plantio e cultivo e a produção de melhores espécies.

Outro aspecto de extrema importância, no que toca à indústria do caju no Brasil, diz respeito à sua capacidade de beneficiamento. Tendo crescido intensamente nas décadas de 70 e 80, a capacidade instalada das indústrias ultrapassou consideravelmente a disponibilidade da matéria-prima. O resultado é a subutilização das indústrias, situando-se em torno da metade da sua capacidade instalada. Se levarmos em conta que essas indústrias são altamente absorvedoras de mão-de-obra, em uma região onde as oportunidades de trabalho são poucas, são escassas, vamos verificar que há um interesse muito grande em fazer com que essas indústrias possam funcionar e, conseqüentemente, empregar grande quantidade de mão-de-obra, inclusive a feminina.

O grau elevado de ociosidade do potencial industrial e a sua constância através dos anos indicam que deve ser adotada uma política de expansão e melhoria da cajucultura, aumentando a oferta da matéria-prima. Entretanto, como tais ações trarão resultados apenas a médio prazo, a alternativa a ser considerada de pronto é a importação de castanha de caju *in natura*, para beneficiamento em nossas indústrias.

Talvez cause estranheza essa idéia, levando-se em conta que o cajueiro é planta nativa das terras

brasileiras, elemento integrante das nossas paisagens e do nosso imaginário cultural. Aprofundando, entretanto, a análise das condições do comércio internacional, veremos que a importação da castanha de caju se impõe consistentemente como uma sólida alternativa, não só imediata, mas duradoura para a agroindústria do Nordeste do Brasil.

Tendo sido levado por missionários portugueses ainda no Século XVI para a África e para a Ásia, o cajueiro se adaptou muito bem às condições climáticas ali existentes. O panorama atual mostra nítido predomínio da cajucultura indiana, tanto em termos de área cultivada como de produção. Apesar disso, a Índia é tradicionalmente um país importador da castanha de caju *in natura* – na verdade, praticamente o único país importador desse produto. Estabelecendo uma política consistente e sistemática de compra no mercado externo, distribuídas por fontes diversificadas na Ásia e na África, a Índia dita os preços da matéria-prima, além de influenciar fortemente os preços da amêndoa da castanha de caju no mercado internacional, como o maior país exportador que é.

A ociosidade instalada de beneficiamento no Brasil contrasta com a realidade indiana, onde há uma estratégia global de apoio à agroindústria do caju. Como aponta o sólido estudo dos economistas e professores da Universidade Federal do Ceará, Manuel de Almeida e Francisco Soares, publicado recentemente na Revista Econômica do Nordeste, a capacidade subutilizada, implicando maiores custos de produção e erguendo barreiras à modernização e à melhoria da produtividade industrial, pode resultar não apenas na estagnação, mas em uma séria crise no setor.

A baixa oferta de matéria-prima nacional e sua irregularidade relacionada aos períodos mais agudos de seca já vem causando uma série de prejuízos aos Estados nordestinos, como o fechamento de fábricas, desemprego, redução de renda e de arrecadação fiscal. Verificamos ainda o surgimento de um ambiente em que há pouco incentivo e motivação para a atividade empresarial, em que minguam os investimentos e passa a predominar a conformação com a situação adversa, vislumbrando-se, por tudo isso, a possibilidade de desmantelamento do parque industrial.

No entanto, a agroindústria do caju continua a apresentar um elevado potencial de crescimento; e o Brasil permanece tendo amplas possibilidades de assumir um papel de maior destaque no cenário do comércio da amêndoa da castanha de caju. Para

tanto, a medida de efeito imediato é o estabelecimento de uma postura mais atuante no mercado internacional, passando nossas indústrias de beneficiamento a importar a matéria-prima de modo regular e sistemático, com o necessário apoio creditício e operacional por parte do Governo Federal e dos Estados.

Desse modo, haveria uma alteração em todo o quadro presente do comércio internacional da castanha e da amêndoa da castanha de caju. Os países africanos e asiáticos que produzem a castanha passariam a ter uma alternativa de mercado, não mais permanecendo totalmente dependentes das compras indianas. A consequência disso seria a elevação do preço internacional da castanha de caju **In natura**, fato que só aparentemente poderia prejudicar nossas indústrias.

A verdade é que as características estruturais das indústrias beneficiadoras da Índia e do Brasil são bem distintas, havendo um grau consideravelmente maior de automatização do processo de beneficiamento no parque industrial brasileiro. Sendo bem menor o custo de produção da amêndoa da castanha na Índia, em razão do baixo investimento em equipamentos e da menor remuneração da mão-de-obra, a maior parte desse custo recai sobre a matéria-prima, correspondendo a 77% do preço final indiano. Como no Brasil o preço do produto final para consumo **In natura** corresponde a 55% do preço do produto final para consumo, conclui-se que o encarecimento da matéria-prima iria afetar de forma bem mais acentuada a produção de nosso concorrente, que detém a maior fatia do mercado. Além disso, utilizando-se de sua capacidade instalada ociosa, as indústrias brasileiras passariam a contar com os benefícios da economia de escala, na medida em que uma série de custos permaneceriam constantes.

É bom frisarmos que a importação da castanha de caju pela indústria de beneficiamento nordestina, da qual já houve uma experiência bem-sucedida, mas limitada em 1994, terá sempre um caráter complementar em relação à produção interna. As condições para se adquirir a matéria-prima nos Estados nordestinos são e continuarão sendo bem mais favoráveis do que nos países africanos, parceiros preferenciais para o comércio internacional. Por outro lado, a valorização da castanha de caju **In natura**, ocasionada pela entrada do Brasil como novo país importador, aumentaria a retribuição do produtor primário nacional, estimulando tanto o aumento da área cultivada quanto a melhoria da produtividade.

Além da produção da amêndoa de castanha, a agroindústria do caju oferece opções de diversificação que podem se tornar bastante relevantes do ponto de vista econômico, na medida da exigência do mercado. É o caso do líquido da castanha de caju, produto que teve ampliado o seu leque de utilizações, podendo recuperar o tradicional lugar de gerador de receita para o setor. Sucos, doces e refrigerantes são outros produtos, cuja demanda pelo mercado interno vem crescendo sensivelmente.

Por essas razões, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendemos que são excelentes as perspectivas para a agroindústria do caju no Brasil, desde que conjuguemos à capacidade de iniciativa no setor o necessário apoio institucional. Esse apoio deve se direcionar, por um lado, para a busca da produtividade no cultivo, através de assistência técnica e da extensão rural. Por outro lado, deve-se buscar a formulação de uma política sistemática de importações, compatibilizada com a produção interna e que estabeleça laços sólidos e regulares de parceria internacional. Em ambas as frentes faz-se necessária a abertura de linhas de crédito, voltadas para o incremento da produção agrícola e industrial.

Não é por ser essa atividade essencialmente nordestina, e predominantemente cearense, portanto de efeito muito localizado, que deva o Governo Federal e o Ministério da Agricultura ignorar o seu interesse para a população do Nordeste e, particularmente, do Ceará, em grande parte dependente desta atividade agroindustrial.

Sr. Presidente, com certeza, nosso País muito terá a ganhar com a expansão das atividades econômicas em torno do caju e da castanha, produto genuinamente brasileiro, cujo cultivo e consumo se difundiram pelo mundo. Ganhará com o aumento de empregos, sobretudo no campo, de que tanto carece o povo do nosso Nordeste. Ganhará com o aumento da receita cambial. Ganhará mostrando competitividade agrícola e industrial, provando que temos condições de enfrentar, com brío, o entrelaçamento comercial cada vez maior entre os países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior, que disporá de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não bastassem os crônicos problemas que atormentam a vida do povo do Estado do Acre, outros aparecem e se destacam com freqüência, como esse tenebroso surto de raiva canina, que já